



FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO

Processo n.º04/16\_UVP-FPC

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

### A. Identificação e Instrução

O Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 20.07.2016, contra o seu filiado-ciclista xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx portador da licença n.º xxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, consubstanciada no resultado positivo da amostra de urina recolhida ao atleta em xxxxxx, no xxxxxxxxxxxxxx.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar.

No termo da instrução foi elaborado relatório final pelo Instrutor, o qual, com exceção do que à frente se dirá em contrário, este Conselho subscreve na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando a fazer parte desta decisão.

O Conselho de Disciplina reuniu, em 10.11.2016, para deliberar e decidir o processo. Considerando que o Arguido atuou com negligência pouco grave e que a necessidade de prevenção especial era nula, o Conselho entendeu, por unanimidade dos presentes, que a conduta do atleta seria de punir, em termos de sanção desportiva, com pena de 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de suspensão de toda a atividade, ao abrigo do disposto no artigo 67.º n.º3 e 4, por remissão do artigo 62.º e alínea b) do n.º1 do artigo 61.º, todos da Lei n.º 38/2012, com as alterações resultantes da Lei n.º 93/2015.



FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO

*Handwritten signature and initials: 12 W.*

Contudo, em face da nova redação dada ao artigo 67.º n.º1 da mesma Lei, tal decisão teria sempre carácter precário, até ser obtido parecer prévio vinculativo do CNAD, que a confirmasse. Pelo que, em 14.11.2016 foi remetido à ADOP pedido de parecer prévio, dirigido ao CNAD, tendo agora, em 23.01.2017, a UVP-FPC sido notificada do respetivo parecer (sob ofício n.º 20/GJ/2017/VT).

Pelo que, em face do teor do mesmo, cabe, agora sim, tomar decisão final no processo disciplinar.

Estando presentes todos os membros do Conselho de Disciplina, verificou-se que nesta data, descontando o período de tempo em que o processo esteve no CNAD a aguardar emissão de parecer, não decorreram mais de 120 dias úteis desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

## B. Análise ao Parecer Prévio Vinculativo do CNAD

Conforme consta da Deliberação do Conselho de Disciplina de 10.11.2016, para a qual se remete, reunidos e analisados todos os elementos de facto e de Direito, deliberou-se, por unanimidade, ser de aplicar ao ciclista Arguido a pena de 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de suspensão da atividade desportiva.

No seu parecer o CNAD veio discordar deste entendimento. E fê-lo, fundamentalmente, por considerar que "(...) não ficou provado no processo que não seja possível substituir o medicamento que contém na sua composição a substância proibida específica, recorda-se 'Indapamida', por outro medicamento que não contenha a referida substância. E não ficou provado porque o praticante não diligenciou a autorização de utilização terapêutica, nem antes da comissão da infração (tendo invocado desconhecimento dessa exigência), nem após a notificação da nota de culpa e da sua audição na fase instrutória do processo disciplinar. Se o tivesse feito, teria sido apreciada a possibilidade de alteração do seu plano terapêutico.". Perante isto, e sopesando "(...) não só a culpa, como as



*Handwritten signature in blue ink.*

*circunstâncias anteriores e posteriores à prática da infração, ou contemporâneas dela.” o CNAD conclui que ao praticante desportivo deve ser aplicada “(...) uma sanção de suspensão da atividade desportiva com a duração de um ano, nos termos do n.º1 do art. 61.º conjugado com os n.º3 e 4 do art. 67.º da Lei n.º 38/2012, na redação conferida pela Lei n.º 93/2015 (...)”.*

Analisado o parecer prévio do CNAD o Conselho concorda, e apadrinha, a relevância da factualidade trazida à liça pelo CNAD. Na verdade, é efetivamente de levar em linha de conta o facto de o Arguido não ter ainda pedido, como se esperava tivesse feito, a autorização para a toma do medicamento em causa. Não o fazendo, depois de ter sido inclusivamente alertado para esse facto pelo Instrutor aquando da inquirição, isto tem naturalmente de ser sopesado na pena.

Discorda apenas este Conselho do entendimento do CNAD segundo o qual esta postura do Arguido revela para efeitos de culpa; na verdade, a mesma, porque posterior à infração, há de relevar, isso sim, para efeitos do disposto no art. 71.º n.º2 alínea e) do Código Penal. Mas tal discordância é, aceite-se, meramente dogmática e pouco relevante para o caso. Na verdade, no fundamental, o que é preciso admitir expressamente, e este Conselho fá-lo sem pejo, é que a tal inexistência de necessidades de prevenção especial a que nos tínhamos referido na deliberação de 10.11.2016 – e que foi decisiva para a medida da pena proposta – não condiz, afinal, com a realidade dos factos provados. E, nessa medida, é mister concluir que o Conselho de Disciplina da UVP-FPC, após analisar o parecer do CNAD, concorda com o mesmo e altera a sua posição anteriormente expressa quanto à medida da pena adequada ao caso.

### C. Decisão

Dito isto, em face das contingências *supra* referidas, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC considera provado que o Arguido praticou uma infração ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela



**FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE CICLISMO**

Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto e, nessa medida, decide, por unanimidade, condená-lo nas seguintes sanções (cumulativas):

- a) pena de suspensão pelo período de 1 (um) ano – ao qual deve ser deduzido o período já cumprido, por imposição da suspensão preventiva (começando, então, o prazo a contar desde 20.07.2016);
- b) anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); e,
- c) invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 11.10.2015.


Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito, da Deliberação do Conselho de Disciplina de 10.11.2016 e do Parecer Prévio do CNAD.

Lisboa, 31 de janeiro de 2017

P'los Membros do Conselho de Disciplina,



(Hugo Dias)  
(Vogal)



(José M. Castro)  
(Presidente)



(André Martins)  
(Vogal)

#### Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o artigo 4.º, n.ºs 1 e 3 da Lei n.º 74/2013, de 06 de Setembro). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados desde a data da notificação desta decisão (art. 54.º, n.º2, da Lei n.º 74/2013, de 06 de Setembro).